



## **NOTA DE REPÚDIO PELO DESMONTE DA SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **Considerando que:**

- A Reestruturação da Secretaria Estadual de Agricultura está sendo realizada sem diálogo com funcionalismo público ligado as Casas da Agricultura e Escritórios Regionais da antiga Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento-SAA hoje denominado Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS);
- Esse processo interno de reestruturação poderá levar, na prática, à extinção de muitas das mais de 600 Casas da Agricultura.
- A Lei (PL) 529/2020 extingue também a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e outros nove órgãos estaduais. E que o Itesp é fundamental para a agricultura familiar do Estado de São Paulo, particularmente para assentamentos e povos e comunidades tradicionais, atendendo mais de 140 assentamentos e 36 comunidades quilombolas;
- Em relação aos quilombos, dentre as atribuições da fundação, está previsto o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e a regularização de suas áreas;
- A Fundação ITESP é uma estrutura enxuta com orçamento pequeno comparado ao impacto incalculável de ganhos não econômicos. Economicamente, o estado investiu cerca de R\$ 309 milhões em 2019 no programa de comercialização realizado nos 140 assentamentos públicos de agricultores familiares, com estimativa de arrecadação de R\$ 55 milhões em ICMS.
- A agricultura familiar é responsável pela maior parte dos alimentos que chegam à mesa da população paulista e que os serviços de assistência técnica e extensão rural do estado contribuem para a produção de alimentos saudáveis, assim como são importantes para que os agricultores(as) familiares tomem conhecimento das políticas públicas, de inovações e tecnologias voltadas à sua realidade e que contribui com o desenvolvimento sustentável do meio rural;
- O Estado está promovendo o leilão dos prédios públicos sedes das Casas da Agricultura e planeja que a ATER seja apenas digital, prescindindo da estrutura física atual;
- Apesar da pujança do agronegócio, a maioria (65%) dos estabelecimentos rurais do estado é de agricultura familiar, cujo trabalho dos órgãos estaduais de ATER é fundamental para o seu desenvolvimento;
- Que o Estado de São Paulo vem subfinanciando o setor da agricultura no geral e especialmente os serviços e estrutura essenciais para o desenvolvimento das diversas de pequenas e médias agriculturas;
- A correlação dos investimentos em pesquisa agrícola e os gastos gerais do estado é cada vez menor. O orçamento atual da APTA – Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio é da ordem de 600 milhões de reais ao ano. Isso representa 0,22% do PIB agropecuário. É uma tendência que se inicia em meados da década de 1990 e se aprofundou na última década. Em 1996, o



investimento em P&D era de R\$ 80 milhões, o mesmo valor observado em 1953, segundo pesquisadores. Quando comparado com países desenvolvidos, esse valor deveria ser de 1% do PIB, ou seja, 5 vezes maior do que atualmente é;

- Essa tendência de sub financiamento (corte de gastos correntes frente a evolução do orçamento total do estado) da pesquisa agrícola é similar ao observado no orçamento da agricultura como um todo. Enquanto em 1996 o orçamento estadual da secretaria de agricultura era de 0,7% do orçamento total do estado (ou seja, 216 milhões de reais frente a um orçamento total de 31 bilhões de reais naquele ano), em 2017, o orçamento relativo caiu pela metade, sendo de 0,37% do total do orçamento estadual (ou seja, 1 bilhão de reais para a secretaria estadual de agricultura frente ao orçamento estadual de 269 bilhões de reais). Atualmente, o investimento do estado no orçamento da secretaria de agricultura representa cerca de 0,20% do orçamento total para o ano de 2020;

- Houve paralização dos conselhos estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional e do CEDAF (Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar) como espaços de participação da sociedade civil organizada e do próprio poder público;

- Está em curso, há mais de duas décadas e atualmente mais evidente, um atentado contra o patrimônio público, contra os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural e contra a agricultura familiar paulista.

Portanto, nós, da Articulação Paulista de Agroecologia, do Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e do Fórum Paulista de Combate aos Efeitos dos Agrotóxicos, em conjunto, repudiamos o processo pouco transparente de reestruturação da Secretaria Estadual de Agricultura, a ineficiência do governo de lutar por mais orçamento para se impulsionar a agricultura familiar do Estado de São Paulo e a extinção da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Exigimos, a partir da Sociedade Civil ligada à Articulação Paulista de Agroecologia e ao Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, as seguintes medidas:

- Abrir o diálogo sobre a reestruturação da SSA-SP junto às associações representativas da agricultura familiar, dos extensionistas e outros membros do funcionalismo público e da sociedade civil organizada;

- Regulamentar, em regime de urgência, a PEAPO – Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e diálogo com CONSEA-SP e CEDAF;

- Aprovar e regulamentar, em regime de urgência, a PERA – Política Estadual de Redução de Agrotóxicos;

- Prever orçamento e implementar, com urgência, as ações do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN-SP), a partir da reativação efetiva do CONSEA-SP.

Assinam as redes e movimentos abaixo:

**Articulação Paulista de Agroecologia – Rede APA**

**Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida**



**Fórum Paulista de Combate aos Efeitos dos Agrotóxicos**

**Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FPSSAN**

**Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária**

**Estado de São Paulo, 14 de Outubro de 2022**